

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO QUALITATIVO DAS ESCOLAS: EXEMPLO DE UM PROJETO QUE ESTÁ A SER DESENVOLVIDO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Maria João Cardona (Coord. Projeto)
Instituto Politécnico de Santarém – Escola Superior de Educação;
CIEC/Universidade Minho; CEI/ISCTE
mjoao.cardona@ese.ipsantarem.pt
Isabel Piscalho
Instituto Politécnico de Santarém – Escola Superior de Educação
isabel.piscalho@ese.ipsantarem.pt

RESUMO

Com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, desde 2013, uma equipa de consultores da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém está a participar num projeto que visa o apoio à organização do sistema de formação inicial e contínua de docentes (*Projeto Reforço Institucional e Qualitativo do Ensino Básico*) na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Este projeto surge na sequência da colaboração anterior de uma equipa da ESE de Santarém num projeto que visou a reforma do ensino básico e a construção de manuais (da 1ª à 6ª classe) neste país. Nesta comunicação após uma contextualização da realidade educativa de São Tomé e Príncipe, serão apresentados os objetivos e metodologias das várias áreas de intervenção deste projeto.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; formação; escola

INTRODUÇÃO

De acordo com os Objetivos do Milénio, definidos pelos países membros da Organização das Nações Unidas no ano 2000, é reconhecido o papel da educação no desenvolvimento social e a necessidade de através da generalização do acesso ao sistema educativo ser promovida uma maior igualdade de oportunidades e participação de todos e todas as crianças desde a infância. Mas há ainda um longo caminho a percorrer entre os princípios teóricos e a realidade e são muitas as variáveis que tornam este processo complexo e difícil de concretizar.

A análise da nossa participação em projetos de cooperação educativa em países de língua oficial portuguesa têm consistido um importante espaço de aprendizagem e desenvolvimento profissional. Dos vários trabalhos de cooperação é de destacar o trabalho que desde o ano letivo 2004/2005 tem vindo a ser desenvolvido pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém na República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Partindo da apresentação deste trabalho será feita uma reflexão sobre os principais entraves sentidos que dificultam o papel que a educação e a formação podem ter na promoção do desenvolvimento social.

Antes da apresentação do - Projeto Reforço Institucional e Qualitativo do Ensino Básico (RIQUEB) atualmente em curso, começamos por apresentar a colaboração da ESE de Santarém com o Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe na reforma curricular do ensino básico.

Estes projetos, tendo partido de uma decisão política, foram concebidos com a preocupação de reforçar o desenvolvimento qualitativo do ensino básico (1^a à 6^a classe) e a sua generalização a todas as crianças. Neste sentido, começou por ser feito um grande investimento na reforma curricular, na construção de manuais escolares e na reconstrução e alargamento da rede escolar. Alguns anos mais tarde a equipa da ESE voltou a ser contactada para apoiar o Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe na organização da formação dos/das docentes, preocupação sempre presente no projeto anterior, mas que na altura acabou por não ser possível concretizar, nomeadamente devido a algumas mudanças políticas que dificultaram a continuidade do trabalho então iniciado.

Em São Tomé e Príncipe atualmente estão criadas condições para que todas as crianças possam frequentar a escola obrigatória. No entanto continuam a existir muitos professores e professoras sem formação. Paralelamente, a falta de recursos e as condições deficientes em que funcionam algumas escolas dificultam o desempenho de docentes e estudantes.

Registamos ainda, que para garantir a frequência da escolaridade obrigatória a todas as crianças, existem turmas muito numerosas (algumas com 40/50 alunos) e muitas escolas continuam a funcionar em horário duplo ou mesmo triplo, o que implica que na prática algumas crianças tenham um tempo efetivo de escola muito reduzido. Temos ainda que considerar que o acesso aos livros é esporádico, restringindo-se na maioria dos casos aos manuais escolares. São também muito poucas as crianças que frequentam o jardim de infância antes da entrada no ensino básico.

Mas para uma melhor compreensão desta realidade passamos a apresentar: o projeto de revisão curricular em que a ESE participou e o atual projeto que estamos a apoiar – o RIQUEB. Estes dois projetos do Ministério da Educação de São Tomé Príncipe foram possíveis com o apoio da Fundação Gulbenkian, e o primeiro contou também com o apoio do Banco Mundial. No final, como já foi referido, será feita uma análise das principais questões que temos vindo a sentir ao longo deste trabalho.

O PROJETO DE REFORMA CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO (2004/05 - 2009/10)

O projeto de Reforma da Educação Básica¹ surgiu na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo publicada em 2003 (Lei 2/2003 de 2 de junho), tendo como finalidade o apoio à revisão curricular e construção de manuais para os 6 primeiros anos do ensino básico. Com as novas exigências desta Lei, tornou-se necessário rever a estrutura curricular introduzindo uma maior articulação entre as áreas disciplinares e reforçando a integração das áreas das expressões: plástica, musical, dramática e da educação física; a par de uma maior valorização da Formação Pessoal e Social.

Relativamente à 5ª e 6ª classe, as necessidades de mudança foram ainda mais profundas. Havia a preocupação de reduzir as áreas disciplinares, de forma a que gradualmente se generalizasse o modelo de monodocência para as 6 classes do ensino básico. Após uma fase inicial de diagnóstico, o trabalho começou com a revisão dos programas das 4 primeiras classes, feita pela equipa nacional e a definição da estrutura dos manuais para estas classes tendo-se optado pela organização de 3 tipos de livros para cada classe:

- um Manual para os alunos e alunas.
- um Caderno de Atividades para um maior apoio aos docentes, que passavam horas a escrever no quadro os enunciados dos exercícios.
- um livro de Sugestões Pedagógicas, para apoio aos docentes, para os apoiar no trabalho de gestão do processo ensino-aprendizagem.

Foi também definido que os manuais dos alunos/alunas seriam organizados em 3 grandes áreas: Língua Portuguesa; Matemática; Meio Físico e Social (integrando os conteúdos da Formação Pessoal e Social) e Expressões, que dada a sua especificidade ficaram integradas no livro de sugestões pedagógicas do professor/professora.

Para promover uma maior articulação entre as diferentes áreas curriculares, nas 2 primeiras classes todos os manuais foram organizados a partir dos conteúdos do Meio Físico e Social. Na 3ª e 4ª classe, esta organização manteve-se, mas para uma maior liberdade na escolha dos textos de Língua Portuguesa, optou-se por organizar os documentos a partir da seguinte classificação:

- Por terras do meu País
- Por outras terras de África
- Por outras terras do Mundo.

¹ Sempre em estreita colaboração com a equipa do Ministério da Educação De São Tomé e Príncipe integraram a equipa da ESE de Santarém: Maria João Cardona (coord.); Ana Fonseca; Ana Margarida Togtema; Célia Barroca; Fernando Costa; George Camacho; Isabel Rondoni; Jean Campiche; José Manuel Soares; Maria José Pagarete; Mesquita Guimarães; Pedro Reis; Ramiro Marques; Teresa Cavalheiro.

Para a 5ª e 6ª classe a organização foi diferente. Tendo a equipa de São Tomé Ministério da Educação concluído que não havia condições para chegar ao modelo de monodocência neste ciclo de ensino, ficou definido que fossem organizadas as seguintes áreas disciplinares:

- Língua portuguesa, que gradualmente se passou a agrupar às áreas de Expressão Visual, Educação Musical e Educação Física;
- Matemática e Ciências Naturais e Sociais (continuando aqui a ser integrados os conteúdos de Formação Cívica)

Na sequência da construção dos manuais foi definido um modelo para a sua experimentação, que decorreu em algumas escolas e com docentes escolhidos pela equipa nacional. Na sequência do apoio formativo realizado com estes docentes foi feita a preparação para o posterior trabalho de generalização dos manuais a nível de todo o país.

O envolvimento de diferentes docentes da ESE neste projeto acabou, naturalmente, por mobilizar também as estudantes e os estudantes que colaboraram apoiando a organização e dinamização de espaços de leitura fora das escolas, completando e enriquecendo o trabalho que fomos realizando com a equipa do Ministério e com os docentes das escolas.

A intervenção destes jovens, em espaços de educação não formal, teve como principais finalidades: fomentar o gosto pela leitura; aumentar a oferta de literatura infanto-juvenil; apoiar a organização de bibliotecas e novos espaços de leitura; sensibilizar técnicos e monitores para a promoção de atividades de aprendizagem da leitura e escrita da língua portuguesa.

O PROJETO REFORÇO INSTITUCIONAL E QUALITATIVO DO ENSINO BÁSICO (2012- 2015)

O Projeto *Reforço Institucional e Qualitativo do Ensino Básico*² em S. Tomé e Príncipe (RIQUEB) surge na continuação do projeto de reforma, desta vez com a principal finalidade elaborar materiais de apoio às atividades de formação inicial e contínua de docentes do ensino básico e de exercício de funções diretas nas escolas do ensino básico, a par do apoio à organização e dinamização de Centros de Recursos.

² A equipa da ESE trabalha em estreita articulação com a equipa do Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe, e é composta pelos seguintes elementos: Maria João Cardona (Coord.); Jean Campiche (Grafismo); António Mesquita Guimarães, Teresa Cavalheiro, Célia Barroca e Margarida Togtema; Leonor Santos, Madalena Teixeira ; Ana Fonseca; Susana Colaço; Ana Fonseca; Neusa Branco; Ramiro Marques, Bento Cavadas; Isabel Piscalho; Fernando Costa e Dina Rocha

Todo este trabalho (ainda em curso) se inscreve na necessidade de apoiar a definição de um modelo de formação - inicial e contínua - para formadores, docentes e diretores de escolas.

Uma importante característica do funcionamento das escolas em São Tomé e Príncipe é o facto de *quinzenalmente os/as docentes dos diferentes níveis de ensino, que trabalham na mesma comunidade, se reunirem para avaliar e planear o seu trabalho* com o apoio do diretor ou da diretora da escola e com o apoio da equipa de metodólogos (do Departamento de Educação Básica).

Esta prática, instituída a nível nacional, é um dos aspetos mais relevantes do sistema, que tem possibilitado ultrapassar muitas dificuldades e lacunas sentidas nas escolas. No entanto constata-se que a dinâmica destes grupos depende muito da capacidade de liderança dos responsáveis das escolas.

Todo o trabalho de formação a desenvolver, tem em conta esta rede de apoio já existente e visa o apoio ao desenvolvimento qualitativo do seu funcionamento.

Os documentos de apoio à formação de docentes foram organizados considerando as diferentes áreas curriculares do ensino básico:

- Metodologia do ensino do Meio Físico e Social,
- Metodologia do ensino das Expressões;
- Metodologia do ensino da Língua Portuguesa;
- Metodologia do ensino da Matemática;

E ainda as áreas de:

- Supervisão;
- Necessidades Educativas Especiais.

Numa primeira etapa a par da construção destes documentos de apoio à formação, foi sendo pensada a organização de um modelo de formação sustentável, para ser desenvolvido pelos formadores e formadoras, da equipa nacional, autonomamente.

Todo o trabalho realizado obedeceu a um processo de ação-formação, em que os materiais de apoio construídos se basearam em situações observadas nas escolas e em testemunhos recolhidos em várias zonas do país (ouvindo docentes, estudantes, diretores e diretoras de escolas, familiares de estudantes, pessoal auxiliar).

Todos os documentos obedecem a características teórico-práticas e foram concebidos considerando a necessidade de existir uma articulação entre a formação inicial e contínua, assim como o reconhecimento da especificidade organizacional da escola, como espaço de aprendizagem e também como espaço de produção de saberes, envolvendo vários atores sociais (Rui Canário, 2005).

Partindo destas ideias um dos aspetos cruciais deste projeto é a valorização da formação dos diretores e diretoras das escolas, como figuras cruciais na

implementação das mudanças e na promoção do desenvolvimento qualitativo das escolas.

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. CONSTRANGIMENTOS E POTENCIALIDADES DO TRABALHO REALIZADO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O sistema educativo em São Tomé e Príncipe já passou por várias reformas desde a independência do país. Partindo da reforma mais recente realizada depois da publicação da atual Lei de Bases do Sistema Educativo, em 2003, é evidente a existência de uma evolução na possibilidade de acesso de todas as crianças aos primeiros anos de escolaridade. No entanto, o crescimento da rede escolar não implicou o seu desenvolvimento qualitativo. Pelo contrário, para garantir o acesso universal (ou quase universal) houve a necessidade de recorrer a medidas que vieram trazer novos constrangimentos ao funcionamento das escolas, como por exemplo: o aumento do número de crianças por turma; a organização de horários triplos no funcionamento das escolas. Mas entre os vários obstáculos existentes, a falta de formação do corpo docente é um dos principais problemas.

Foi para ajudar a ultrapassar estas dificuldades que nos foi proposto o desenvolvimento do Projeto *Reforço Institucional e Qualitativo do Ensino Básico* que tem como principal finalidade o apoio à formação de docentes e de responsáveis pela direção das escolas.

Perante a dificuldade de generalizar de imediato a formação e o apoio às escolas, os responsáveis pela direção dos estabelecimentos educativos têm/ou podem ter um papel decisivo na concretização das mudanças definidas pelos serviços centrais. A articulação entre as estruturas centrais e locais, passa em grande parte pela forma como se concretiza a gestão das escolas.

Apesar dos constrangimentos, como já foi referido, é de salientar a existência de uma rede de trabalho colaborativo organizada entre as escolas e os professores. Esta rede, que precisa de ser desenvolvida e apoiada, está essencialmente centrada nas escolas e nos seus diretores e diretoras, peças chave no funcionamento do sistema educativo.

Sendo um país com uma política educativa muito centralizada, verifica-se alguma rigidez a nível da gestão curricular e a nível da gestão institucional. Esta rigidez e a falta de autonomia das escolas condiciona a participação das famílias e de outros agentes locais na vida da escola.

“A centralização acaba por ser um processo de não participação, reduzindo o professor e o gestor escolar ao papel de meros executores dos serviços centrais ao contrário da descentralização que implica um maior equilíbrio de poderes entre os vários actores.” João Formosinho (2005: 19)

O desenvolvimento educacional depende da forma como são definidas as políticas educativas, dos fundamentos que as sustentam, dos vários níveis de decisão que interferem na sua concretização. Estas questões começam por se colocar na forma como é concebida a relação entre educação e desenvolvimento, a forma como estes conceitos se enquadram na especificidade de cada contexto.

“ *A educação para o desenvolvimento é um dos mitos modernos mais fortes da sociedade. ..*”, Marilene Freitas (2014: 85)

Não basta investir na educação e na formação para termos desenvolvimento. A educação e o desenvolvimento dependem das pessoas. Estar nas escolas, ouvir os professores e as professoras, ouvir as crianças, observar as diferentes realidades, tem sido uma preocupação constante da equipa nacional de São Tomé e Príncipe e da ESE. As perspetivas de desenvolvimento definidas apenas a nível central, sem ouvir os atores que as concretizam podem estar condenadas ao fracasso. A especificidade de cada contexto tem que ser compreendida ouvindo as pessoas que o integram. Só com o envolvimento de todas e de todos os intervenientes se podem criar condições para a continuidade e sustentabilidade do trabalho realizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLÍVAR, António (2007) “Um olhar atual sobre a mudança educativa: onde situar os esforços de melhoria?”, LEITE, Carlinda e LOPES, Amélia Escola, Currículo e Formação de Identidades, Porto: Ed. ASA ,p. 13-51
- CANÁRIO, Rui (2005) *o que é a escola? um olhar sociológico*, Porto: Porto Ed
- CARDONA, Mª João (2011) “Conceções educativas e percursos escolares numa escola que procura promover uma maior igualdade de oportunidades para todo/as” Cardona, Maria João; Marques, Ramiro (Coord.) (2011), *Da autonomia da escola ao sucesso educativo*, Chamusca: Ed. Cosmos, p.229-245
- CARDONA, Maria João (2011), *A construção de Novos Manuais - um elemento crucial da reforma do ensino básico em São Tomé e Príncipe*, Atas do COOPEDU, ISCTE/IUL, IPL, p.197-205 (também publicado em <http://issuu.com/leonelbrites/docs/coopedu>)
- CARDONA, Maria João (2011) “ Educação e desenvolvimento: um estudo baseado na realidade da educação pré-escolar e do ensino básico em São Tomé e Príncipe ” 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos - Lisboa, setembro 2010, CEA/ISCTE-IUL in 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos - Lisboa, setembro 2010, CEA/ISCTE-IUL in <http://hdl.handle.net/10071/2947>
- CARDOSO, Manuela (2007) *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – Educação e infraestruturas como fatores de desenvolvimento*, Porto: Ed. Afrontamento
- FORMOSINHO, João (2005). “Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público”, in FORMOSINHO, João *et all.*, (org.), *Administração da educação. Lógicas burocráticas e lógicas de mediação*. Porto, ASA, 13-53.

- FREITAS, Marilene Corrêa S. (2014) “Pauperização e Educação: Expressão da questão social na análise de Louis Marmoz”, in MARMOZ, L; FREITAS, Marilene, C.S.; ARAÚJO, Wagner P, *Educação e pauperização. Tradições, referências, aplicações*, Manaus: Ed. Valer
- UMBELINA, Josina de Sá/ME (2006) *Estatísticas e Indicadores de Educação em São Tomé e Príncipe nos anos lectivos 2004/05 e 2005/06. Relatório*, MEC (Doc. Não publicado)